

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARINA FICHER COLELA

ASPECTOS REGULATÓRIOS DA SERVIDÃO AMBIENTAL E A PRESERVAÇÃO
DO MEIO AMBIENTE.

CURITIBA

2015

MARINA FICHER COLELA

ASPECTOS REGULATÓRIOS DA SERVIDÃO AMBIENTAL E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Pós-graduação em Direito Ambiental no curso de pós-graduação em Direito Ambiental, Programa de Educação Continuada de Ciências Agrárias, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz César Ribas

CURITIBA

2015

Aos meus pais e meus grandes amigos que me incentivaram e acreditaram na concretização desta conquista.

AGRADECIMENTOS

Ao Curso de Pós-graduação em Direito Ambiental, do Programa de Educação Continuada de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, na pessoa de seu coordenador Prof. Dr. Paulo de Tarso Lara Pires, pelo apoio recebido.

Aos Professores que lecionaram as matérias durante o curso, pelos ensinamentos e pelas contribuições.

Aos colegas de turma, por proporcionar uma interface de conhecimentos e experiências.

Aos amigos e colegas de profissão que incentivaram para que fosse possível concluir esta etapa.

O agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. Luiz César Ribas, que esteve presente no processo de elaboração deste trabalho e que foi importante para concretizar o presente trabalho.

"A persistência é o caminho do êxito."

(Charles Chaplin)

RESUMO

Ao longo dos anos surgiram diversas políticas ambientais com o intuito de proporcionar a proteção dos recursos naturais. A grande maioria destas políticas ambientais pautava-se, preponderantemente, em instrumentos de comando e controle e, no caso específico brasileiro, de natureza infraconstitucional. Uma das maiores referências, neste sentido, é a Lei n. 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Um dos aspectos mais relevantes da Lei n. 6.938/81 são os instrumentos de política ambiental, dentre os quais é possível destacar, por conta das recentes e significativas modificações havidas em uma das principais leis ambientais em vigência no país, mais precisamente, a nova Lei Florestal, o instrumento da “servidão ambiental”, o qual, ao contrário da tendência até então observada, trata-se preponderantemente de um instrumento econômico de política ambiental.

Em paralelo, é sabido que desde a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, a preservação ambiental foi definitivamente incorporada à sociedade, afinal o desenvolvimento econômico passou a ser considerado como inexoravelmente associado ao escopo da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Este trabalho desenvolve um conjunto de relações entre diversos instrumentos de comando e controle, principalmente leis e princípios ambientais, que dispõem sobre o instrumento da servidão, procurando aprofundar seus aspectos regulatórios e sua ênfase na natureza econômica de uma dada política de proteção aos recursos ambientais, sobretudo os de natureza florestal.

Por fim, este trabalho discute a Lei 12.651/2012 que alterou a o art. 9-A e inseriu os artigos 9-B e 9-C, na Lei 6.938/81, bem como, novos institutos criados nesta lei relacionados particularmente à questão da servidão ambiental.

Palavra Chave: Servidão Ambiental. Meio ambiente.

ABSTRACT

Over the years there were several environmental policies in order to provide the protection of natural resources. The vast majority of these environmental policies base itself up, mainly in command and control instruments, and the Brazilian specific case of *infra natura*. A major reference in this regard is the Law n. 6938 of 31 August 1981, which provides for the National Environmental Policy. One of the most important aspects of Law. 6938/81 are the instruments of environmental policy, among which you can highlight, due to the recent and significant changes taking place in one of the main environmental laws in force in the country, more precisely, the new Forest Act, the instrument of "environmental easement" which, unlike previously observed trend, it is primarily an economic instrument environmental policy.

In parallel, it is known that since the Constitution of the Federative Republic of Brazil, promulgated in 1988, environmental preservation was definitely incorporated into society after economic development has come to be regarded as inextricably linked to the scope of social, economic and environmental sustainability.

This paper develops a set of relationships between various command and control instruments, especially environmental laws and principles, which provide for the instrument of servitude, looking to deepen their regulatory aspects and its emphasis on the economic nature of a given protection policy to environmental resources, especially the forest nature.

Finally, this paper discusses the Law 12.651 / 2012 which amended the art. 9a and 9b entered the articles and 9c, the Law 6.938 / 81, as well as new institutes created this law particularly related to the issue of environmental servitude.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	- Constituição Federal
PNMA	- Política Nacional do Meio Ambiente
CRF	- Cota de Reserva Florestal (CRF)
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
SFB	- Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
FNDF	- Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
NR	- Nova Redação
ZEE	- Zoneamento Ecológico-Econômico
CAR	- Cadastro Ambiental Rural
SISNAMA	- Sistema Nacional do Meio Ambiente
CRA	- Cota de Reserva Ambiental
RPPN	- Reserva Particular do Patrimônio Natural
PRA	- Programa de Regularização Ambiental
SICAR	- Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	13
2.1. Objetivo Geral	13
2.2 Objetivo Específicos	13
3 JUSTIFICATIVA	14
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
4.1. A preservação do meio ambiente	16
4.1.1 Histórico da Legislação da Preservação Ambiental.....	18
4.1.2 Evolução do tema meio ambiente	20
4.1.3 Síntese dos Princípios do Direito Ambiental.....	20
4.2. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente	22
4.2.1 Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	25
5. MATERIAIS E MÉTODOS	27
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
6.1 Servidão Ambiental	28
6.2 Os Princípios Ambientais Aplicados na Servidão Ambiental	28
6.3 O Princípio da Função Social da Propriedade Rural	29
6.4 A servidão ambiental enquadrada entre os objetivos e diretrizes da Lei 6938/81.	30
6.5 Evolução e Legislação da Servidão Ambiental.	31
6.6 Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.	33

6.7 A Lei nº 11.284 de 2 de março de 2006.	35
6.8 Lei n. 11.284, de 2 de março de 2006 e as alterações da Lei n. 6938/1981.....	36
6.9 Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	37
6.10 Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e as alterações da Lei n. 6.938/81.....	45
6.11 Outras Legislações.	47
6.12 Cota de Reserva Ambiental e a Servidão Ambiental.	52
6.13 A Servidão Florestal e a Servidão ambiental.	54
6.14 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Servidão Ambiental.	55
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a preservação do meio ambiente foi incorporada por algumas normas ao longo dos anos, porém, após sua inserção na Carta Magna a proteção ambiental passou a ser um direito fundamental.

O art. 225, da Constituição Federal, dentro do contexto de um capítulo inteiro dedicado à questão ambiental, instituiu a preservação ambiental, ao dispor sobre conceitos, tais como, “equilíbrio ecológico”, “dever” de preservação e “presentes e futuras gerações”, conforme adiante detalhado.

O art. 225, da Constituição Federal de 1988 dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à sociedade a obrigação de preservar para as gerações presentes e futuras. Este artigo imputou à sociedade e o Poder Público, o dever de proteger e preservar o meio ambiente, na busca de um equilíbrio entre o uso e a preservação para manutenção da qualidade sadia de vida das presentes e futuras gerações.

A Constituição de 1988 recepcionou todo o aparato legal que até então discorria, especialmente, sobre a proteção dos recursos ambientais no país. Neste sentido, é pertinente ressaltar que a Constituição de 1988 recepcionou uma das primeiras e mais importantes leis ambientais, qual seja, a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Dentre as diversas legislações infraconstitucionais que tratam da proteção ao meio ambiente, podemos destacar, em especial, a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Isto porque no art. 9º da referida lei, por exemplo, estão relacionados os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, dentre os quais, a servidão ambiental, conforme dispositivo inserido no inciso XIII do artigo mencionado.

A Lei 6938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), dispõe, dentre outros aspectos relevantes, sobre os objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos de política ambiental.

Nesta mesma lei foi instituída a servidão ambiental como um dos instrumentos econômicos da PNMA, haja vista que, até então, a predominância dos instrumentos de política ambiental implementados no país era de natureza preponderantemente do tipo “comando e controle”.

Após décadas, a Lei n. 11.284/2006, a qual, dentre outros aspectos, disciplina a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, regulamentou a servidão ambiental, e assim, acrescentou conteúdo específico à Lei 6938/81, com a criação do art. 9-A, sendo que este instrumento econômico foi novamente revigorado quando alterado pela recente Lei 12.651/2012.

Apesar de previsto na Lei da PNMA, somente após o advento da Lei n. 11.284/2006, de 02 de março de 2006, que houve a regulamentação da servidão ambiental dentro do ordenamento jurídico, o que acarretou, ainda, na alteração da Lei n. 6.938/81.

Recentemente, a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, dentro, inclusive, do contexto de outros institutos relacionados, que versam sobre a regulamentação do imóvel rural e a destinação de áreas destes imóveis para a preservação do meio ambiente, incorporou expressivas inovações sobre o tema.

Assim, por exemplo, a servidão ambiental deve se ater primordialmente as suas particularidades e a sua incorporação dentro da regulamentação do imóvel rural respeitando a legislação, para que seja alcançado a preservação ambiental.

Entende-se, ademais, considerando o aspecto regulatório, que este instrumento foi instituído para preservação de áreas ainda não exploradas e estabelece critérios positivos, dentro de uma visão de instrumentos econômicos de política ambiental, para a proteção do meio ambiente.

Acredita-se firmemente que a implantação da servidão ambiental, considerando os já tradicionalmente estabelecidos aspectos ambientais e sociais, mas também, agora, econômicos, da sustentabilidade dos recursos naturais (em particular, os de origem florestal), passou a ser cada vez mais relevante e os resultados de sua aplicação trarão, necessariamente, benefícios para o meio ambiente.

Diante deste breve histórico é possível observar o avanço e a importância da implementação deste tipo de instrumento (econômico) de política ambiental para a efetivação de uma política ambiental brasileira.

A partir disto, a análise da evolução do tema da servidão ambiental e, principalmente, do seu aprofundamento e da sua aplicação para o desenvolvimento sustentável do país adquirem extrema importância.

Dessa forma, a servidão ambiental é um objeto de estudo de extrema relevância para a preservação ambiental.

2 OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral.

Sistematizar o conhecimento e aprofundar a análise do instrumento servidão ambiental, dentro de um traçado histórico, procurando ressaltar os principais aspectos (importância, pontos positivos, conflitos, dentre outros) da sustentabilidade inerentes a este instrumento econômico de política ambiental.

2.2 Objetivos Específicos.

Identificação, sistematização e aprofundar o conceito de servidão ambiental, analisando a evolução histórica da sua implantação ao longo do tempo.

Analisar a aplicação da servidão ambiental na sociedade e os principais pontos positivos da implantação deste instrumento

Verificar os reflexos socioeconômicos e ambientais proporcionados e a pesquisa da importância da servidão ambiental frente à preservação do meio ambiente.

3 JUSTIFICATIVA

Historicamente, a preservação do meio ambiente foi incorporada por algumas normas ao longo dos anos, porém, após sua inserção na Carta Magna passou a ser um direito fundamental.

O art. 225, da Constituição Federal, neste sentido, instituiu a preservação ambiental dentro do escopo dos direitos fundamentais por intermédio da seguinte expressão: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo o dever de defesa e preservação para as presentes e futuras gerações”.

De qualquer modo, dentre as diversas legislações infraconstitucionais que tratam da proteção ao meio ambiente, podemos destacar a Lei nº 6.938 de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. No art. 9º, da referida lei estão relacionados os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, tendo sido inserida, no inciso XIII, a servidão ambiental.

Apesar de estar elencado na lei supra, apenas com o advento da Lei 11.284/2006, que foi incorporada sua regulamentação no ordenamento jurídico, ainda alterando a Lei 6938/81.

Recentemente, a Lei 12.625/2012 trouxe novidades sobre o tema, inclusive outros institutos relacionados, que versam sobre a regulamentação do imóvel rural e a destinação de áreas destes imóveis para a preservação do meio ambiente.

Primordialmente, a servidão ambiental deve se ater as suas particularidades e a sua incorporação dentro do regulamentação do imóvel rural respeitando a legislação, para que seja alcançado a preservação ambiental.

Este instrumento foi instituído para preservação de áreas ainda não exploradas e estabelece critérios positivos na proteção do meio ambiente.

Nitidamente, verificamos que a implantação da servidão ambiental é um instrumento econômico de política ambiental recente (em termos de sua efetiva

aplicabilidade), inovador e relevante, havendo a expectativa de que os resultados de sua aplicação trarão, necessariamente, benefícios para a proteção do meio ambiente.

Dessa forma, a servidão ambiental é um objeto do presente estudo no sentido de se inferir sobre a magnitude de sua relevância para a preservação ambiental.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. A Preservação do Meio Ambiente.

A preservação ambiental é um tema relevante na conjuntura atual, por ser de extrema importância para a sociedade.

O art. 225, da Constituição Federal de 1988, protege o meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme, prevendo:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O art. 3º, inciso I, da Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre o meio ambiente e define o termo, assim prescreve:

I - meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Insurge destacar que o conceito do meio ambiente é amplo, que abrange meios físico e biótico, e as relações de todas as formas de vida, que envolvem valores materiais e imateriais dessa relação.

Esse conceito busca um equilíbrio, ou seja, o desenvolvimento econômico deve estar atrelado à proteção do meio ambiente, por isso a preservação ambiental agrega o desenvolvimento sustentável:

(...)a existência de um componente de futuro em toda principiologia que rege a proteção do meio ambiente, ancorada principalmente no desenvolvimento sustentável. As gerações futuras são igualmente interessadas na proteção ambiental. (GANZIERA, 2009, p.9).

O tratamento legal da questão ambiental, até então pautado primordialmente em instrumentos de comando e controle para a formulação de políticas públicas de proteção ambiental, é constituído por princípios basilares do Direito Ambiental e legislação sobre o tema tutelam a proteção deste meio ambiente. Essas normas disciplinam as atividades humanas (intervenções antrópicas), com o objetivo de garantir a proteção ambiental.

Dentro do ordenamento jurídico ambiental estão previstas as regulamentações do uso dos recursos naturais, na busca do equilíbrio do usufruto dos recursos naturais pela geração presente, mas com a preservação desses recursos para as futuras gerações.

Para melhor aprofundamento do tema, faz se necessário apresentar entendimentos de alguns autores.

Baseada na lição do professor Paulo Affonso Leme Machado, o intuito é evitar o dano. Assim, é importante que seja impedido o início da obra ou da atividade, perante ameaça de dano ambiental irreparável ou de difícil reparação; e não apenas, o estabelecimento de medidas mitigadoras, ou medidas compensatórias. (YOSHIDA, 2005, p.446).

O entendimento de Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida, sobre o tratamento da preservação ambiental, a saber:

"É importante para o magistrado discernir, diante do caso examinado, quando é necessário manter intacto o ecossistema, conferindo-lhe proteção integral, e não admitindo uso indireto, que é a hipótese de preservação; e quando pode ser admitido o manejo adequado, o manejo sustentável, que é a hipótese de conservação ecológica. Neste caso temos que buscar a compatibilização da proteção do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, na exploração da madeira, dos recursos hídricos." (YOSHIDA, 2005, p.447).

"Com relação aos princípios da prevenção e da precaução os magistrados podem contribuir para torná-los efetivos concedendo presteza e celeridade na prestação das tutelas preventivas que requerem urgência, evitando adoção, desde logo de medidas mitigadoras e compensatórias. O intuito da prevenção é evitar o dano. É importante que se impeça, se for o caso, o início da obra ou da atividade, diante da ameaça de dano irreparável ou de difícil reparação; e não simplesmente que se contente em estabelecer

medidas mitigadoras e muito menos medidas compensatórias, cada vez mais utilizadas.

O magistrado deve ter em mente as distinções entre preservação e conservação entre restauração, recuperação, compensação e indenização pecuniária. É nesta ordem que devem ser decididos os diferentes pedidos." (YOSHIDA, 2005, p.452-453).

Nos ensinamentos de José Afonso da Silva:

" a conservação não é uma situação estática, mas um processo dinâmico, que envolve aproveitamento atual, continuidade e manutenção futura. Tem ela, pois três finalidades específicas: manter os processos ecológicos e os sistemas vitais essenciais, permitir o aproveitamento perene das espécies e dos ecossistemas e preservar a diversidade genética." (SILVA, 2004, p.89)

A Lei n. 9.985/2000, por sua vez, define a preservação ambiental no art. 2º, V, conforme transcrição:

Art.2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

V - Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

Dessa forma, a preservação prevista no caput do art. 225, da CF, a preservação ambiental busca preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

4.1.1 Histórico da Legislação da Preservação Ambiental.

Na evolução histórica da temática da preservação ambiental é possível enfatizar diversos marcos referenciais de cunho constitucional e infraconstitucional, assim como, tratados e legislações internacionais.

Entende-se, no que se refere ao ordenamento jurídico brasileiro propriamente dito, que a evolução histórica da proteção ambiental pode ser dividida em três fases. Na primeira fase, o ordenamento enfatiza o direito de vizinhança e a

valorização da propriedade. De forma associada à identificação dos problemas gerados pelo uso excessivo do meio ambiente, surge a segunda fase, onde o legislador trata questões relacionadas às consequências da degradação do meio ambiente e enfatiza a remediação. Por fim, a última fase aborda a prevenção e fiscalização para preservação do meio ambiente, fundamentada na Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988.

Em termos do ordenamento jurídico, ainda no âmbito nacional, é possível destacar-se, como referências do marco histórico da preservação ambiental, bem como com vistas aos objetivos perseguidos no presente trabalho, os seguintes aspectos: Regimento do Pau Brasil (1605); Alvará que proibiu as sesmarias (1675); Cartas Régias (1797); Criação do Jardim Botânico (1808); Floresta da Tijuca (1861); Código Civil (1916); Código Florestal - Decreto n. 23.793, de 23-1-1934 (1934); Código das Águas, Decreto n. 24.643, de 10-7-1934 (1934); Código de Minas, Decreto-lei n. 1985, de 29-1-1940 (1940); Lei 4.771, de 15-9-1965; Lei de Proteção à Fauna, Lei n. 5197, de 3-3-1967 (1967); Código de Pesca, Decreto-lei n. 221, de 28-2-1967 (1967); Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento (1972); Lei n. 6938 de 31-8-1981, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente; Constituição Federal de 1988; Conferência do Rio de Janeiro (1992); Agenda 21 (1992); Lei n. 9.605, de 12-2-1998; Rio + 10 (2002); Lei nº 12.651, de 25-5-2012, entre outros.

Por seu turno, no que se refere ao desenvolvimento da preservação ambiental mundial, é possível estabelecer, dentro de um caráter mais abrangente, os seguintes marcos internacionais: Caso Smelter Trail (1941); Caso do Canal Corfu (1946); Caso do Lago Lanoux (1957); Regras de Helsinki (1966); Convenção para a Proteção das docas de Pele do Mar de Bering (1883); Convenção de Paris sobre as Aves Úteis à Agricultura (1911); Convenção relativa à utilização do Chumbo (1921); Congresso Internacional de Proteção da Natureza (1923); Convenção Relativa à Preservação da Fauna em seu Estado Natural (1933); Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (1963); Convenção Internacional sobre responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição de Óleo (1969); Convenção relativa à Responsabilidade Civil no Campo de Transportes Marítimo de Material Nuclear (1971); Convenção relativa às Zonas Úmidas (1971); Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial e Cultural (1972); Convenção sobre a

prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias (1972); Conferência de Estocolmo (1972); Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1985); Protocolo de Montreal (1987); Protocolo de Kyoto (1977).

4.1.2 Evolução do Tema Meio Ambiente

É possível relacionar de forma mais específica a evolução do tema meio ambiente com o desenvolvimento do Direito Ambiental e das normas jurídicas pertinentes.

Ao se analisar o histórico da preservação ambiental constata-se a importância do aparato, em seu todo, do conjunto das Convenções, Conferências, Constituições e Leis que abordam o tema:

O meio ambiente toma importância aos poucos. Alcançou a puberdade legal. Possui características de um adulto, mas ainda dista da maturidade" (MORAES, 2004, p. 13).

Concordando com as palavras de Luís Carlos Silva de Moraes, a preservação ambiental evoluiu principalmente no critério de prevenção, ao invés de remediação.

4.1.3 Síntese dos Princípios do Direito Ambiental.

No intuito de legitimar o Direito Ambiental como um ramo especializado, os estudiosos buscaram a identificação de princípios ou mandamentos que fundamentassem e desenvolvessem a doutrina, além de proporcionar consistência às suas concepções.

Os princípios de uma ciência, segundo os ensinamentos de José Cretella Júnior, "são as proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturas subsequentes" (CRETELLA, 1989, p.129).

Insurge disto, conseqüentemente, que todas as normas ambientais são baseadas nos princípios do Direito Ambiental. Cada autor elenca um rol de

princípios, condensando o rol de princípios elencados por Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira (OLIVEIRA, 2011), Édis Milaré (MILARÉ, 2014) e Maria Luiza Machado Granziera (2009), destacamos:

1. O princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana -O meio ambiente como um direito humano encontra seu fundamento no *caput do art.225, CF/88*, sendo um direito fundamental;

2. O princípio da solidariedade intergeracional é aquele que atende às necessidades das presentes gerações sem comprometer as futuras gerações, sendo assim, o princípio da ética entre gerações;

3. Princípio da natureza pública da proteção ambiental;

4. O princípio do desenvolvimento sustentável é aquele que compatibiliza o desenvolvimento das atividades econômicas com a proteção ao meio ambiente;

5. O princípio da consideração da variável ambiental no processo decisório de políticas de desenvolvimento traz a proteção ao meio ambiente centralizada nos direitos humanos, sendo que a variável ambiental é uma obrigação em todas as políticas de desenvolvimento. Assim, a questão econômica deve ser avaliado sob a ótica ambiental;

6. O princípio da prevenção é aquele que aplica-se ao risco conhecido, aquele identificado através de pesquisas e informações ambientais ou conhecido anteriormente;

7. O princípio da precaução trata do risco ou perigo em abstrato, desconhecido, decorrente da ausência de informações ou pesquisas científicas conclusivas sobre a potencialidade e os efeitos de uma intervenção no meio ambiente. Na dúvida, não faça interferências no meio ambiente (*in dubio pro ambiente*);

8. Princípio do controle do poluidor pelo Poder Público;

9. O princípio da função social da propriedade traz o uso da propriedade urbana ou rural, que será legitimado com o cumprimento da função socioambiental;

10. Princípio do retrocesso ambiental;

11. Princípio da cooperação entre os povos traz a cooperação, ou seja, a ação em conjunto e, para o direito ambiental, a cooperação ocorre no âmbito internacional e nacional. A proteção ao meio ambiente é uma obrigação conjunta dos Estados, para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável, além do federalismo cooperativo, de partilha de responsabilidades entre os entes federativos;

12. Princípio da Reparação Integral;

13. Princípio da Informação;

14. O princípio da participação comunitária traz a população para participar das políticas públicas ambientais na esfera administrativa, propor ações judiciais e votar através dos mecanismos legislativos;

15. O princípio do poluidor-pagador compreende a internalização dos custos ambientais, que devem ser suportados pelo empresário/empreendedor, afastando-se da coletividade. Apesar da prevenção, no caso da ocorrência do dano será o empreendedor obrigado a repará-lo;

16. O princípio do usuário-pagador reconhece a necessidade de valoração econômica dos recursos naturais, com a cobrança pela sua utilização;

17. Os princípios do protetor-recebedor, do usuário-pagador e do provedor-recebedor, e;

18. Acesso equitativo aos recursos naturais, dentre outros.

4.2 Lei da Política Nacional do Meio Ambiente

A Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, que foi um importante passo (marco histórico) no que concerne à realidade ambiental nacional, inclusive na história da Administração Pública no Brasil.

Historicamente, as ações governamentais não tinham planejamento, seguindo impulsos momentâneos, porém, no período “pós” Segunda Guerra

Mundial, iniciou-se a adoção de planos de desenvolvimento, contudo, estes ainda não possuíam estabilidade.

Segundo o renomado jurista ambiental Édis Milaré:

Isto explica o caráter inovador da Política Nacional do Meio Ambiente. Sua implementação, seus resultados, assim como a estabilidade e a efetividade que ela denota, constituem um sopro renovador e, mais ainda, um salto de qualidade na vida pública brasileira. Seus objetivos nitidamente sociais e a solidariedade com o planeta Terra, que menos implicitamente, se acham inscritos em seu texto, fazem dela um instrumento legal de grandíssimo valor para o País e, de alguma forma, para outras nações sul-americanas com as quais o Brasil tem extensas fronteiras.(MILARÉ, 2014, p.687).

O art. 2º desta Lei estabelece o objetivo geral da Política Nacional do Meio Ambiente e define os seus princípios norteadores, conforme transcrição abaixo:

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento)

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Além do objetivo geral previsto no caput do art. 2º, da referida Lei, o art. 4º e seus incisos, conforme previstos na lei ambiental federal, podem ser considerados como seus objetivos específicos, a saber:

Art. 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Por fim, o art. 5º, da Lei n. 6.938/81, prevê as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme transcrito:

Art. 5º - As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no art. 2º desta Lei.

4.2.1 Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Segundo Paulo de Bessa Antunes, os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, "são mecanismos legais e institucionais postos à disposição da Administração Pública para implementação dos objetivos do PNAMA" (ANTUNES, 2002 p.131.)"

O art. 9º da Lei supra, elenca o rol de treze instrumentos, porém nem todos possuem legislação regulamentada. Os instrumentos previstos são:

Art. 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental; (Regulamento)

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006).

Os instrumentos são definidos como aqueles que atuam diretamente nos custos de produção de produção e consumo a qual as atividades estejam inseridas nos objetivos da política em questão, sendo, por exemplo, tributos e preços que podem ser majorados ou reduzidos. Assim, sua definição deve enfatizar o caráter indutor dos comportamentos desejados na política ambiental, que se dará por imposição de tributos ou criação de subsídios, ou sobre a possível transação sobre o crédito ao direito de poluir. (MOTTA, 2000, p.88-89)

Assim como a Lei n. 6.938/1981, as legislações estaduais e orgânicas podem prever instrumentos de implementação de Política Ambiental.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

O material de pesquisa apoiou-se em consultas bibliográficas impressas e eletrônicas para um diagnóstico dos principais aspectos da servidão ambiental enquanto um dos principais instrumentos (econômicos) de proteção ambiental. Foram utilizadas, ainda, referências bibliográficas pertinentes ao tema, de modo a identificar, comparar, compreender e analisar as relações da servidão ambiental com a proteção do meio ambiente.

A pesquisa bibliográfica, de natureza documental-exploratória, teve desenvolvimento a partir do levantamento, inventário e análise de documentos e dispositivos legais pertinentes ao tema.

Basicamente, a pesquisa analisará conceitos, posicionamento de doutrinadores, aprofundamento de leis e normatização, sendo possível propiciar uma sistematização legal e regulatória do tema.

A pesquisa valer-se-á, ademais, da análise dedutiva, uma vez que, partindo-se de conteúdos das obras pertinentes ao tema servidão ambiental e que abordam a preservação do meio ambiente, bem como documentos e leis referentes a matéria tratada, pretende-se refinar a abordagem, dentro do contexto dos objetivos aqui perseguidos, para o tema específico da servidão ambiental propriamente dito.

O encadeamento metodológico passou, ainda, pela coleta informações dos bancos de dados para análise, e após tal coleta foram reunidas e organizadas as informações necessárias para, a partir da análise crítica de documentos referentes a matéria abordada, a produção do texto da dissertação.

O trabalho foi desenvolvido sobre os aspectos regulatórios da servidão ambiental, dando ênfase à preservação ambiental, portanto o material bibliográfico utilizado versará sobre os temas, além de introduzir as normas legais para análise da regulação do tema.

Por fim, pós coleta de informações, análise dos documentos, as normas legais antecedentes e vigentes, foi apresentada uma análise crítica do tema abordado.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Servidão Ambiental.

Uma vez introduzida a “servidão ambiental” como um instrumento de política ambiental, conforme disposição da lei da PNMA, deve-se observar que este conceito é definido como “uma espécie de servidão vinculada aos objetivos a preservação ambiental” (OLIVEIRA, 2011).

Esta espécie possibilita ao proprietário renunciar, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, ao direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais vinculados à propriedade. O órgão ambiental competente, de toda sorte, anuir com a declaração de servidão.

Segundo os ensinamentos de Édis Milaré:

(...)a servidão é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e envolve, basicamente, a renúncia voluntária do proprietário rural ao direito de uso, exploração ou supressão dos recursos naturais existentes em determinado prédio particular.(MILARÉ, 2014, p.882).

Resta evidenciado, que a própria legislação estabelece a estrutura e requisitos deste instrumento. Apesar de suas ressalvas, assim como a servidão comum, é imposto um ônus ao prédio serviente, sendo os aspectos diferenciais: quanto à titularidade e quanto à origem. No tocante à titularidade, na servidão ambiental o beneficiário é vago, indeterminado, representado pelas presentes e futuras gerações. No tocante à origem, a servidão ambiental sempre será voluntária.

6.2 Os Princípios Ambientais Aplicados na Servidão Ambiental.

Dentre os princípios que regem o Direito Ambiental, após análise de cada princípio podemos relacionar alguns deles com o instrumento da Servidão Ambiental.

Nitidamente, a servidão ambiental atende ao disposto no princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental, por ser um instrumento que visa incentivos para a preservação de determinadas áreas e consequentemente garante a finalidade da busca pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida.

A integração entre a servidão e o Princípio do Desenvolvimento Sustentável é clara, afinal os proprietários rurais devem manter suas áreas de reserva legal, podendo aqueles que preservar mais explorar economicamente a preservação.

Assim como, o desenvolvimento sustentável, pelo Princípio da solidariedade intergeracional, compete à presente geração preservar e defender o meio ambiente, princípio incorporado na servidão ambiental.

Destacamos que a servidão ambiental está fundada no Princípio da função socioambiental da propriedade, conforme tratado em tópico próprio adiante.

A servidão ambiental visa o fundado nos Princípios da prevenção e precaução, ou seja, a área destinada à servidão será preservada pela reserva legal, portanto, respeita os referidos princípios.

Assim como, no estabelecido no Princípio do protetor-recebedor, aqueles que preservarem área destinada à reserva legal superior ao estabelecido por lei poderá explorar economicamente a preservação da área, sendo assim, recebendo benefícios por preservar o meio ambiente.

6.3 O Princípio da Função Social da Propriedade Rural e a Servidão Ambiental.

No se refere ao escopo legal que ampara o direito da propriedade rural haveria que se mencionar, preliminarmente, o disposto no *caput*, do art. 2º, da Lei n. 4504/64 (Estatuto da Terra), que assegura a todos o acesso à propriedade, condicionado pela sua função social.

O direito à propriedade, de qualquer modo, está garantido no inciso XXII, do artigo 5º da Constituição Federal, porém atrelado à sua função social, previsto no XXIII do referido artigo. Isto porque, incorporado à Carta Magna no art. 5º, XXIII, o conceito do direito de propriedade ultrapassa o seu contexto primordialmente individualista de outrora, introduzindo a condicionante do “interesse social”(CIELO, 2013).

Segundo Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida:

"Não é suficiente admitir a função sócio-ambiental da propriedade para entender as restrições que são impostas em nome e em prol da proteção do meio ambiente. É fundamental reconhecer que existe o bem ambiental, que é bem de uso comum do povo - portanto, bem difuso, e que não é suscetível de apropriação. É bem adéspota, como diz a doutrina italiana, e essencial à sadia qualidade de vida (CF, art.225). (YOSHIDA, 2005, p.452).

Assim, o proprietário deve dar função específica à sua propriedade, que se destine ao interesse coletivo.

Nítido que a propriedade rural por ser um bem de produção de meios de subsistência, deve se ater à função social da propriedade.

A proteção do meio ambiente é um interesse coletivo, que atende à necessidade da sociedade de preservação ambiental.

Acredita-se que o instrumento da servidão ambiental inclusive caberia, perfeitamente, tanto no enquadramento quanto na implantação desta junção entre “direito de propriedade” e “função social”, principalmente em termos do incentivo à proteção ambiental de áreas preservadas. Portanto, a servidão ambiental incorpora o princípio da função social da propriedade.

6.4 A Servidão Ambiental enquadrada entre os Objetivos e Diretrizes da Lei n. 6.938/81.

Dentre os objetivos estabelecidos na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a servidão ambiental associa-se aos objetivos previstos nos incisos I, II, VI e VII do art. 4º da referida Lei, a saber:

Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

...

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

...

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Esse instrumento ainda atende as diretrizes da legislação supracitada, particularmente naquilo que concerne às normas e planos que se destinam a orientar a ação dos entes federativos relacionado com a preservação da qualidade ambiental e equilíbrio ecológico.

6.5 Evolução e Legislação da Servidão Ambiental.

O surgimento da servidão ambiental ocorreu nos Estados Unidos, visto que lá originariamente denominado como “*conservation easement*”. A partir deste conceito, o proprietário da área serviente passou a ter vantagens tributárias, por intermédio da dedução no imposto de renda do equivalente à diminuição do valor venal do imóvel, além de isenção dos impostos relativos e possível publicidade pela iniciativa. (CAMILO, 2009 apud SOUZA, 2009).

Outros países passaram a também utilizar este instrumento para preservação do meio ambiente como, por exemplo, Canadá; Costa Rica, México, Inglaterra e Espanha, sendo que em todas as localidades a aplicação da servidão tem a mesma função, qual seja, a limitação de uso de determinada área, de forma

temporária ou perpétua. Assim, o proprietário concordaria em ceder alguns de seus direitos relativos ao imóvel rural.

Em alguns países como Estados Unidos e Inglaterra a servidão pode ser instituída em favor de uma instituição pública ou privada, por ato inter vivos ou por testamento. Contudo, nos Estados Unidos, alguns estados têm leis específicas sobre o instrumento, enquanto em outros, este conceito foi incorporado pelos tribunais e, por fim, outros estados não reconhecem este conceito.

No Brasil, inicialmente, a primeira norma que possibilitou a servidão ambiental foi a Medida Provisória n. 1956-62, muito embora sua normatização tenha sido inaplicável.

Em uma das sucessivas alterações da Lei n. 4.771, de setembro de 1965 (revogada pela Lei n. 12651/2012), o art. 44-A foi acrescentado, via Medida Provisória n. 2.166-67/01, passando-se a dispor sobre a “servidão florestal”, da seguinte forma:

Art. 44-A. O proprietário rural poderá instituir servidão florestal, mediante a qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, a direitos de supressão ou exploração da vegetação nativa, localizada fora da reserva legal e da área com vegetação de preservação permanente. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 1º A limitação ao uso da vegetação da área sob regime de servidão florestal deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 2º A servidão florestal deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, após anuência do órgão ambiental estadual competente, sendo vedada, durante o prazo de sua vigência, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001).

Além disso, a referida Medida Provisória instituiu um tipo de servidão, que seria a “Cota de Reserva Florestal (CRF)”, semelhante a uma cédula hipotecária, no art. 44-B, transcrito:

Art. 44-B. Fica instituída a Cota de Reserva Florestal - CRF, título representativo de vegetação nativa sob regime de servidão florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural ou reserva legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais estabelecidos no art. 16 deste Código. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Parágrafo único. A regulamentação deste Código disporá sobre as características, natureza e prazo de validade do título de que trata este artigo, assim como os mecanismos que assegurem ao seu adquirente a existência e a conservação da vegetação objeto do título. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001).

6.6 Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965.

A Medida Provisória n. 2.166-67, de 2001, conforme disposto anteriormente, não só instituiu na Lei nº 4.771/65 a servidão florestal como, também, culminada com a Lei n. 7.803/1989, bem como, com a Lei n. 11.428/2006, propiciou o primeiro advento no sentido de instituir a servidão administrativa, no intuito de preservar o meio ambiente.

No art. 44 da Medida Provisória 2.166-67 de 2001, conseqüentemente, passou a ser prevista a associação da possibilidade da exploração do corte raso com o instrumento da servidão florestal propriamente dita. Sendo assim, conforme previsto no §5º da lei, a compensação de que trata o seu inciso III, pode ser implementada mediante regime de servidão ambiental, conforme transcrito:

Art. 44. Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade.

Parágrafo único. A reserva legal, assim entendida a área de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área. (Incluído pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)

§ 5º A compensação de que trata o inciso III deste artigo, deverá ser submetida à aprovação pelo órgão ambiental estadual competente, e pode ser implementada mediante o arrendamento de área sob regime de

servidão florestal ou reserva legal, ou aquisição de cotas de que trata o art. 44-B. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 6º O proprietário rural poderá ser desonerado, pelo período de trinta anos, das obrigações previstas neste artigo, mediante a doação, ao órgão ambiental competente, de área localizada no interior de Parque Nacional ou Estadual, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva Biológica ou Estação Ecológica pendente de regularização fundiária, respeitados os critérios previstos no inciso III deste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 6º O proprietário rural poderá ser desonerado das obrigações previstas neste artigo, mediante a doação ao órgão ambiental competente de área localizada no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, respeitados os critérios previstos no inciso III do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.428, de 2006).

No art. 44-A da referida lei está prevista a possibilidade do proprietário rural instituir a servidão florestal, por renúncia voluntária, em caráter permanente ou temporário sobre direitos de supressão ou exploração da vegetação nativa, a saber:

Art. 44-A. O proprietário rural poderá instituir servidão florestal, mediante a qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, a direitos de supressão ou exploração da vegetação nativa, localizada fora da reserva legal e da área com vegetação de preservação permanente. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 1º A limitação ao uso da vegetação da área sob regime de servidão florestal deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

§ 2º A servidão florestal deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, após anuência do órgão ambiental estadual competente, sendo vedada, durante o prazo de sua vigência, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001) "

Art. 44-B. Fica instituída a Cota de Reserva Florestal - CRF, título representativo de vegetação nativa sob regime de servidão florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural ou reserva legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais estabelecidos no art. 16 deste Código. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001).

6.7 A Lei nº 11.284 de 2 de março de 2006.

A Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 tratou da servidão ambiental, instituindo um tratamento ainda mais detalhado ao novo instrumento.

Essa lei dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), além de alterar a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, a Lei n. 5.868, de 12 de dezembro de 1972, a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

No art. 84 desta Lei, dispôs-se sobre a instituição da servidão ambiental, incluindo o instrumento e sua regulamentação na Lei n. 6.938/81, conforme transcrição:

Art. 84. A Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º

.....

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros. (NR)

Art. 9º-A. Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade.

§ 1º A servidão ambiental não se aplica às áreas de preservação permanente e de reserva legal.

§ 2º A limitação ao uso ou exploração da vegetação da área sob servidão instituída em relação aos recursos florestais deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal.

§ 3º A servidão ambiental deve ser averbada no registro de imóveis competente.

§ 4º Na hipótese de compensação de reserva legal, a servidão deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos.

§ 5º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a

qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade.

Art. 167.

.....

II -

.....

22. da reserva legal;

23. da servidão ambiental. (NR).

Foi um importante momento, art. 84 desta Lei, sendo que incorporou na Lei da PNMA os instrumentos econômicos. Os instrumentos econômicos possibilitaram novas hipóteses em prol do meio ambiente. Além disso, regulamentou o a servidão com as regras previstas para a servidão ambiental.

6.8 Alteração da Lei n. 6.938/1981 pela Lei n. 11.284, de 2 de março de 2006.

Além de prever o instituto da servidão ambiental, a Lei 11.284/2006 introduziu na Política Nacional do Meio Ambiente o inciso XIII, no art. 9, e o art.9-A., na Lei da PNMA, conforme disposição abaixo:

Art. 9º

.....

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros. (NR)

Art. 9º-A. Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

§ 1º A servidão ambiental não se aplica às áreas de preservação permanente e de reserva legal. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

§ 2º A limitação ao uso ou exploração da vegetação da área sob servidão instituída em relação aos recursos florestais deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006).

§ 3º A servidão ambiental deve ser averbada no registro de imóveis competente. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006).

§ 4º Na hipótese de compensação de reserva legal, a servidão deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos, (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006).

§ 5º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade. (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006).

Destacamos, a importância da introdução do XIII, sendo que foi incorporado a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, os instrumentos econômicos, assim como entendimento de Édís Milaré:

"É oportuna a inovação legislativa, que acompanha a exigência crescente por mecanismos desta natureza para a gestão ambiental, a fim de incentivar e propiciar a preservação do meio ambiente, como também viabilizar uma série de capacidade de reparação dos danos ambientais." (MILARÉ, 2014, P. 878).

6.9 Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Conforme visto anteriormente, a Lei n. 11.284/2006 alterou a Lei n. 6.938/81 ao introduzir o XIII no art. 9 que dispõe a servidão com instrumento da PNMA, bem como, criou o art.9-A, que regulamenta este instrumento.

Contudo, foi precisamente com a edição da nova lei florestal que percebemos inovações expressivas com respeito à servidão ambiental, inclusive no tocante ao tratamento e na regulamentação mais refinada do conceito enquanto um instrumento econômico de política ambiental.

Dentre estas inovações, podemos destacar, o art. 13 que possibilita instituir-se a servidão ambiental sobre a área excedente, naqueles indicados pelo Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE estadual, a saber:

Art. 13. Quando indicado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE estadual, realizado segundo metodologia unificada, o poder público federal poderá:

I - reduzir, exclusivamente para fins de regularização, mediante recomposição, regeneração ou compensação da Reserva Legal de imóveis com área rural consolidada, situados em área de floresta localizada na Amazônia Legal, para até 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e os corredores ecológicos;

II - ampliar as áreas de Reserva Legal em até 50% (cinquenta por cento) dos percentuais previstos nesta Lei, para cumprimento de metas nacionais de proteção à biodiversidade ou de redução de emissão de gases de efeito estufa.

§ 1º No caso previsto no inciso I do caput, o proprietário ou possuidor de imóvel rural que mantiver Reserva Legal conservada e averbada em área superior aos percentuais exigidos no referido inciso poderá instituir servidão ambiental sobre a área excedente, nos termos da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e Cota de Reserva Ambiental.

§ 2º Os Estados que não possuem seus Zoneamentos Ecológico-Econômicos - ZEEs segundo a metodologia unificada, estabelecida em norma federal, terão o prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da publicação desta Lei, para a sua elaboração e aprovação.

Essa inovação tem um caráter importante, pois instituiu uma nova possibilidade de utilizar o instrumento da servidão ambiental, trazendo uma hipótese que anteriormente na havia respaldo na legislação.

Conforme previsto no art. 15, da Lei n. 12.651/2012, o proprietário do imóvel com Reserva Legal conservada e inscrita no Cadastro Ambiental Rural – CAR, cuja área ultrapasse o mínimo exigido, pode utilizar o excedente para constituição de servidão ambiental ou Cota de Reserva Ambiental, conforme transcrição:

Art. 15. Será admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel, desde que:

I - o benefício previsto neste artigo não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo;

II - a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação, conforme comprovação do proprietário ao órgão estadual integrante do Sisnama; e

III - o proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural - CAR, nos termos desta Lei.

§ 1º O regime de proteção da Área de Preservação Permanente não se altera na hipótese prevista neste artigo.

§ 2º O proprietário ou possuidor de imóvel com Reserva Legal conservada e inscrita no Cadastro Ambiental Rural - CAR de que trata o art. 29, cuja área ultrapasse o mínimo exigido por esta Lei, poderá utilizar a área excedente para fins de constituição de servidão ambiental, Cota de Reserva Ambiental e outros instrumentos congêneres previstos nesta Lei.

Entretanto, não é só neste aspecto que a Lei n. 12.651/2012 inova a respeito da servidão ambiental. O art. 44, desta lei, que trata da Cota de Reserva Ambiental (CRA), e seu inciso I, referem-se também ao regime de servidão ambiental.

Art. 44. É instituída a Cota de Reserva Ambiental - CRA, título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação:

I - sob regime de servidão ambiental, instituída na forma do art. 9º-A da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

II - correspondente à área de Reserva Legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais exigidos no art. 12 desta Lei;

III - protegida na forma de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

IV - existente em propriedade rural localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público que ainda não tenha sido desapropriada.

Ainda, o art. 50 dispõe que o CRA pode ser cancelado em razão do término do prazo da servidão, a saber:

Art. 50. A CRA somente poderá ser cancelada nos seguintes casos:

I - por solicitação do proprietário rural, em caso de desistência de manter áreas nas condições previstas nos incisos I e II do art. 44;

II - automaticamente, em razão de término do prazo da servidão ambiental;

III - por decisão do órgão competente do Sisnama, no caso de degradação da vegetação nativa da área vinculada à CRA cujos custos e prazo de recuperação ambiental inviabilizem a continuidade do vínculo entre a área e o título.

O CRA que é um tipo de cédula nominativa tem relevância sobre o tema servidão ambiental, tratado adiante em tópico próprio.

Em continuidade, no art.66 está previsto que o proprietário possuidor do imóvel rural que se enquadrava em 22 de julho de 2008, pode regularizar sua situação, a saber:

Art. 66. O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido no art. 12, poderá regularizar sua situação, independentemente da adesão ao PRA, adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:

I - recompor a Reserva Legal;

II - permitir a regeneração natural da vegetação na área de Reserva Legal;

III - compensar a Reserva Legal.

§ 1º A obrigação prevista no caput tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

§ 2º A recomposição de que trata o inciso I do caput deverá atender os critérios estipulados pelo órgão competente do Sisnama e ser concluída em até 20 (vinte) anos, abrangendo, a cada 2 (dois) anos, no mínimo 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação.

§ 3º recomposição de que trata o inciso I do caput poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas com exóticas ou frutíferas, em sistema agroflorestal, observados os seguintes parâmetros: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

I - o plantio de espécies exóticas deverá ser combinado com as espécies nativas de ocorrência regional;

II - a área recomposta com espécies exóticas não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recuperada.

§ 4º Os proprietários ou possuidores do imóvel que optarem por recompor a Reserva Legal na forma dos §§ 2º e 3º terão direito à sua exploração econômica, nos termos desta Lei.

§ 5º A compensação de que trata o inciso III do caput deverá ser precedida pela inscrição da propriedade no CAR e poderá ser feita mediante:

I - aquisição de Cota de Reserva Ambiental - CRA;

II - arrendamento de área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;

III - doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;

IV - cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma.

O artigo acima trata das hipóteses das reservas legais, neste está prevista todas as hipóteses de reserva legal, as que necessitam cadastrar no CAR e as que já foram averbadas nos cartórios de registros competentes.

O § 2º do art. 68 traz a possibilidade de constituição de servidão ambiental na Amazônia Legal, conforme transcrito:

Art. 68. Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que realizaram supressão de vegetação nativa respeitando os percentuais de Reserva Legal previstos pela legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão são dispensados de promover a recomposição, compensação ou regeneração para os percentuais exigidos nesta Lei.

§ 1º Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais poderão provar essas situações consolidadas por documentos tais como a descrição de fatos históricos de ocupação da região, registros de comercialização, dados agropecuários da atividade, contratos e documentos bancários relativos à produção, e por todos os outros meios de prova em direito admitidos.

§ 2º Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais, na Amazônia Legal, e seus herdeiros necessários que possuam índice de Reserva Legal maior que 50% (cinquenta por cento) de cobertura florestal e não realizaram a supressão da vegetação nos percentuais previstos pela legislação em vigor à época poderão utilizar a área excedente de Reserva Legal também para fins de constituição de servidão ambiental, Cota de Reserva Ambiental - CRA e outros instrumentos congêneres previstos nesta Lei.

Este artigo inova sobre a previsão em lei da servidão ambiental na Amazônia Legal.

O art. 78 altera a Lei 6938/81, alterando o art. 9-A e o art. 79 introduz os artigos 9-B e 9-C, conforme abaixo:

Art. 78. O art. 9º-A da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º-A. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

§ 1º O instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental deve incluir, no mínimo, os seguintes itens:

I - memorial descritivo da área da servidão ambiental, contendo pelo menos um ponto de amarração georreferenciado;

II - objeto da servidão ambiental;

III - direitos e deveres do proprietário ou possuidor instituidor;

IV - prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental.

§ 2º A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.

§ 3º A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.

§ 4º Devem ser objeto de averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente:

I - o instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental;

II - o contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental.

§ 5º Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos.

§ 6º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.

§ 7º As áreas que tenham sido instituídas na forma de servidão florestal, nos termos do art. 44-A da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, passam a ser consideradas, pelo efeito desta Lei, como de servidão ambiental.” (NR)

Art. 78-A. Após 5 (cinco) anos da data da publicação desta Lei, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

Art. 79. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 9º-B e 9º-C:

“Art. 9º-B. A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.

§ 1º O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos.

§ 2º A servidão ambiental perpétua equivale, para fins creditícios, tributários e de acesso aos recursos de fundos públicos, à Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, definida no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 3º O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social.

Art. 9º-C. O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado na matrícula do imóvel.

§ 1º O contrato referido no caput deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

I - a delimitação da área submetida a preservação, conservação ou recuperação ambiental;

II - o objeto da servidão ambiental;

III - os direitos e deveres do proprietário instituidor e dos futuros adquirentes ou sucessores;

IV - os direitos e deveres do detentor da servidão ambiental;

V - os benefícios de ordem econômica do instituidor e do detentor da servidão ambiental;

VI - a previsão legal para garantir o seu cumprimento, inclusive medidas judiciais necessárias, em caso de ser descumprido.

§ 2º São deveres do proprietário do imóvel serviente, entre outras obrigações estipuladas no contrato:

I - manter a área sob servidão ambiental;

II - prestar contas ao detentor da servidão ambiental sobre as condições dos recursos naturais ou artificiais;

III - permitir a inspeção e a fiscalização da área pelo detentor da servidão ambiental;

IV - defender a posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos.

§ 3º São deveres do detentor da servidão ambiental, entre outras obrigações estipuladas no contrato:

I - documentar as características ambientais da propriedade;

II - monitorar periodicamente a propriedade para verificar se a servidão ambiental está sendo mantida;

III - prestar informações necessárias a quaisquer interessados na aquisição ou aos sucessores da propriedade;

IV - manter relatórios e arquivos atualizados com as atividades da área objeto da servidão;

V - defender judicialmente a servidão ambiental.

O art. 80 também traz uma inovação, alterando a Lei n. 9.393 de dezenove de dezembro de 1996, conforme exposto:

Art. 80. A alínea d do inciso II do § 1º do art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

§ 1º

II -

d) sob regime de servidão ambiental;

.....” (NR)

Em suma, a nova Lei Florestal trouxe muitas inovações no tocante à servidão ambiental, apresentando um leque de opções e alternativas previstas em lei sobre o assunto. A regulamentação aprofundada do assunto beneficiou os proprietários que visam proteger as áreas para retorno econômico e consequentemente preservar o meio ambiente. Destaco, que a lei tratou do recente instituído CAR que acarretará no controle e monitoramento ambiental das áreas rurais, portanto será um instrumento extremamente relevante, já que anteriormente, não era possível o controle destas áreas.

6.10 Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012 e as Alterações da Lei n. 6.938/81.

Depois da edição da nova Lei Florestal, ou seja, da Lei nº 12.651/2012, o art. 9 – A, da Lei 6.938/81, foi alterado, bem como, foram introduzidos os art. 9-B e 9-C, na Lei da Política Nacional do Meio ambiente.

Assim, os referidos artigos regulamentam a servidão ambiental, conforme transcrição:

Art. 9º-A. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental. (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 1º O instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental deve incluir, no mínimo, os seguintes itens: (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

I - memorial descritivo da área da servidão ambiental, contendo pelo menos um ponto de amarração georreferenciado; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

II - objeto da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

III - direitos e deveres do proprietário ou possuidor instituidor; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

IV - prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 2º A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida. (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 3º A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal. (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 4º Devem ser objeto de averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente: (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

I - o instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

II - o contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 5º Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos. (Redação dada pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 6º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 7º As áreas que tenham sido instituídas na forma de servidão florestal, nos termos do art. 44-A da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 passam a ser consideradas, pelo efeito desta Lei, como de servidão ambiental. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

Art. 9º-B. A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 1º O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 2º A servidão ambiental perpétua equivale, para fins creditícios, tributários e de acesso aos recursos de fundos públicos, à Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, definida no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 3º O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

Art. 9º-C. O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado na matrícula do imóvel. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 1º O contrato referido no caput deve conter, no mínimo, os seguintes itens: (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

I - a delimitação da área submetida a preservação, conservação ou recuperação ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

II - o objeto da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

III - os direitos e deveres do proprietário instituidor e dos futuros adquirentes ou sucessores; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

IV - os direitos e deveres do detentor da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

V - os benefícios de ordem econômica do instituidor e do detentor da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

VI - a previsão legal para garantir o seu cumprimento, inclusive medidas judiciais necessárias, em caso de ser descumprido. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 2º São deveres do proprietário do imóvel serviente, entre outras obrigações estipuladas no contrato: (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

I - manter a área sob servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

II - prestar contas ao detentor da servidão ambiental sobre as condições dos recursos naturais ou artificiais; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

III - permitir a inspeção e a fiscalização da área pelo detentor da servidão ambiental; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

IV - defender a posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

§ 3º São deveres do detentor da servidão ambiental, entre outras obrigações estipuladas no contrato: (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

I - documentar as características ambientais da propriedade; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

II - monitorar periodicamente a propriedade para verificar se a servidão ambiental está sendo mantida; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

III - prestar informações necessárias a quaisquer interessados na aquisição ou aos sucessores da propriedade; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

IV - manter relatórios e arquivos atualizados com as atividades da área objeto da servidão; (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

V - defender judicialmente a servidão ambiental. (Incluído pela Lei nº 12.651, de 2012).

As alterações na Lei da PNMA regulamentaram de forma ampla e clara algumas lacunas do passado e possibilitaram a melhor aplicação da servidão ambiental. As inovações são de grande valia para o proprietários rurais poderem utilizar corretamente do instrumento previsto na introdução dos referidos artigos.

6.11 Outras Legislações.

Após a edição da Lei n. 12.625/12 também foram editadas leis nas esferas estaduais que passaram a também dispor sobre a servidão ambiental.

Como exemplo, é possível mencionar, no caso do Estado de Minas Gerais, a Lei n 20.992 de 16 de outubro de 2013, que trata do assunto nos artigos 36 e 38:

Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. (Publicação – Diário do Executivo – “Minas Gerais” 17/10/2013)

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, o Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 36. O proprietário ou possuidor de imóvel com Reserva Legal registrada no CAR e conservada, cuja área ultrapasse o percentual mínimo exigido por esta Lei, poderá utilizar a área excedente para fins de constituição de servidão ambiental, Cota de Reserva Ambiental - CRA - e outros instrumentos congêneres previstos na legislação pertinente.

Art. 38. O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior a 20% (vinte por cento) da área total do imóvel regularizará sua situação, independentemente da adesão ao PRA, adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:

I - permitir a regeneração natural da vegetação na área de Reserva Legal;

II - recompor a Reserva Legal;

III - compensar a Reserva Legal.

§ 1º A obrigação prevista no caput tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

§ 2º A recomposição de que trata o inciso II do caput atenderá os critérios estipulados pelo órgão ambiental competente e será concluída em até vinte anos, abrangendo, a cada dois anos, no mínimo 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação.

§ 3º A recomposição de que trata o inciso II do caput poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas com exóticas, madeiras ou frutíferas, em sistema agroflorestal, observados os seguintes parâmetros:

I - o plantio de espécies exóticas será combinado com o plantio de espécies nativas de ocorrência regional;

II - a área recomposta com espécies exóticas não excederá 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recuperada.

§ 4º O proprietário ou possuidor do imóvel que optar por recompor a Reserva Legal conforme o disposto nos §§ 2º e 3º terá direito à exploração econômica da Reserva Legal, nos termos desta Lei.

§ 5º - A compensação de que trata o inciso III do caput deverá ser precedida da inscrição da propriedade ou posse rural no CAR e será feita, isolada ou conjuntamente, mediante:

I - aquisição de CRA;

II - arrendamento de área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;

III - doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;

IV - cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma.

§ 6º A área a ser utilizada para compensação deverá:

I - ser equivalente em extensão à área de Reserva Legal a ser compensada;

II - estar localizada no mesmo bioma da área de Reserva Legal a ser compensada;

III - estar previamente identificada como prioritária pela União ou pelo estado de destino, se a propriedade ou posse rural estiver localizada no Estado de Minas Gerais e o proprietário ou o possuidor rural desejar fazer a compensação em outro Estado;

IV - estar previamente identificada como prioritária pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, se a propriedade ou posse rural estiver localizada fora do Estado de Minas Gerais e o proprietário ou o possuidor rural desejar fazer a compensação em território mineiro, mediante autorização do órgão ambiental mineiro.

§ 7º A identificação da área prioritária de que trata o inciso IV do § 6º se dará por meio de ato específico do chefe do Poder Executivo e objetivará favorecer, entre outros:

I - a regularização fundiária de Unidades de Conservação de domínio público;

II - a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs;

III - a recuperação de bacias hidrográficas excessivamente desmatadas;

IV - a criação de corredores ecológicos;

V - a conservação ou recuperação de ecossistemas ou espécies ameaçados.

§ 8º Quando se tratar de imóveis públicos, a compensação de que trata o inciso III do caput poderá ser feita mediante doação, por parte da pessoa jurídica de direito público proprietária de imóvel rural que não detenha Reserva Legal em extensão suficiente, ao órgão público responsável pela Unidade de Conservação, de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público a ser criada ou pendente de regularização fundiária.

§ 9º As medidas de compensação previstas neste artigo não poderão ser utilizadas como forma de viabilizar a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo.

O Estado de São Paulo também pode ser mencionado, pois formulou legislação que trata do assunto. Assim, conforme previsto no art. 12 e nos artigos 32 a 34, da Lei 15.684/15, ter-se-ia que:

LEI Nº 15.684, DE 14 DE JANEIRO DE 2015 (Projeto de lei nº 219/14 - Deputado Barros Munhoz - PSDB e outros). Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 2012 e sobre a aplicação da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, no âmbito do Estado de São Paulo"

Artigo 12 - Os termos de compromissos ou instrumentos similares para a regularização ambiental do imóvel rural referentes às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito, firmados sob a vigência da legislação anterior, deverão ser revistos para se adequarem ao disposto na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

§ 1º - O disposto no "caput" deste artigo aplica-se exclusivamente aos casos em que o proprietário ou o possuidor do imóvel rural requerer a revisão.

§ 2º - Realizadas as adequações requeridas pelo proprietário ou possuidor, o termo de compromisso revisto deverá ser inscrito no SICAR.

§ 3º - Caso não haja pedido de revisão, os termos ou instrumentos de que trata o "caput" deste artigo serão respeitados.

§ 4º - Os documentos e atos preparatórios produzidos para subsidiar termo já firmado com a autoridade competente serão aproveitados para a instrução do PRA, cabendo ao proprietário ou possuidor rural apenas complementar os necessários para a análise do PRA.

§ 5º - Caso a autoridade responsável pela análise do PRA conclua pela total adequação aos termos do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e desta lei, o PRA será homologado no mesmo ato.

§ 6º - Ocorrendo a situação prevista no § 5º deste artigo e havendo vegetação nativa excedente ao limite previsto no Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a diferença positiva será convertida em servidão ambiental ou CRA pela mesma autoridade.

§ 7º - Caso a autoridade responsável pela análise do PRA conclua que as obrigações já cumpridas, conforme o anterior instrumento de ajustamento de conduta ou assunção de responsabilidade, não sejam suficientes para a adequação do imóvel às regras do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e desta lei, será emitido Termo de Compromisso do PRA com as obrigações ainda necessárias para a regularização.

§ 8º - Na hipótese do "caput" deste artigo, o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas deverá:

1 - mencionar as obrigações já cumpridas nos termos do anterior instrumento de ajustamento de conduta ou de assunção de responsabilidade;

2 - mencionar as obrigações ainda pendentes na forma do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e desta lei."

"Artigo 31 - Admitir-se-á a instituição de servidão ambiental ou de CRA nas propriedades rurais com área total ou parcial dentro de unidades de conservação de domínio público em território paulista que ainda estejam em regularização fundiária, devendo o proprietário instruir o seu requerimento com os seguintes documentos:

I - declaração que pretende gravar a área para fins do estabelecimento de servidão ambiental ou de CRA;

II - documentação fundiária do imóvel, demonstrando a propriedade da área;

III - ato de designação de responsável, quando se tratar de pessoa jurídica;

IV - cédula de identidade, quando se tratar de pessoa física;

V - documentação de criação da Unidade de Conservação de Domínio Público.

§ 1º - O detentor da servidão ambiental ou CRA em unidade de conservação de domínio público poderá cedê-la ou transferir em caráter definitivo, em favor da entidade pública que tenha instituído a unidade de conservação, indicando no ato ou posteriormente qual a propriedade ou posse rural, própria ou de terceiro, a ser beneficiada.

§ 2º - Equipara-se à doação o ato de cessão ou transferência, previsto no § 1º deste artigo, cujo beneficiário seja órgão ou entidade do Estado de São Paulo, desde que o proprietário e titular do direito de indenização firme termo de renúncia que, havendo processo judicial, seja homologado por sentença que também reconheça os direitos de compensação da servidão ambiental ou CRA cedida.

§ 3º - Na hipótese do § 2º deste artigo, ocorrida cessão de servidão ambiental ou CRA de área do imóvel que esteja fora da unidade de conservação, fica autorizado o órgão gestor da unidade de conservação a incorporar a área à unidade de conservação.

§ 4º - A doação de áreas no interior de unidades de conservação em território paulista integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC dependerá do reconhecimento da efetiva cessão ou transferência da área conforme § 1º deste artigo."

"Artigo 32 - Nas propriedades ou posses rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuíam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no artigo 12 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo.

§ 1º - No caso em que a vegetação nativa seja composta por espécimes espalhados na paisagem e que dificulte a utilização de técnicas agrícolas de uso do solo sem a supressão parcial dos mesmos, o interessado poderá optar por renunciar ao direito previsto no "caput" deste artigo, para estabelecer mosaico compensando a supressão desses espécimes, na proporção de 1:10 (um para dez) no espaço necessário a acomodar todo o plantio no espaçamento tecnicamente recomendado para o adensamento florístico, a ser informado na forma do artigo 9º desta lei, após a aprovação do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas.

§ 2º - A vegetação nativa mencionada no "caput" deste artigo não possui percentual mínimo de aplicação.

§ 3º - Nos imóveis sem remanescente de vegetação nativa na data de 22 de julho de 2008, fica o proprietário ou possuidor desobrigado de recompor.

Artigo 33 - A vegetação nativa das propriedades e posses rurais de até 4 (quatro) módulos fiscais, desde que superior a 1(um) hectare, poderá ser utilizada para a criação de servidão ambiental ou emissão de Cota de Reserva Ambiental - CRA, na modalidade do § 4º do artigo 44 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Artigo 34 - A instituição de servidão ambiental ou emissão da CRA será concomitante com a homologação do PRA se assim requerer o interessado, inclusive para utilização em outro imóvel, próprio ou de terceiro, também submetido ao PRA.

Além de respeitar as legislações federais, os proprietários rurais devem respeitar o previsto nas legislações estaduais e locais. As legislações apresentadas demonstram que cada Estado possui legislação própria podendo variar o obrigatório para cada proprietário rural. Também, ressaltamos que o impacto da nova legislação federal foi diretamente aplicadas às legislações estaduais.

6.12 Cota de Reserva Ambiental e a Servidão Ambiental.

O próprio art. 44 da Lei 12.625/12, refinando e talvez até mesmo tentando disciplinar os conceitos de servidão ambiental, servidão florestal, cota de reserva florestal e correlatos¹, define a Cota de Reserva Ambiental (CRA), como sendo um “título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação”.

Nos incisos I a IV deste artigo estão dispostos as possibilidades de instituição, sendo elas: sob regime de servidão ambiental; correspondente à área de Reserva Legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais exigidos; protegida na forma de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN; existente em propriedade rural localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público que ainda não tenha sido desapropriada”.

A Lei n. 12.651/2012 prevê, ademais, que o CRA será emitido mediante requerimento do proprietário, após realizada a inclusão do imóvel no CAR e emitido o laudo comprobatório pelo próprio órgão ambiental ou por entidade credenciada, garantido pelo controle do SISNAMA, por ato do Chefe do Poder Executivo.

¹ Questão adiante retomada de maneira mais detalhada.

A lei federal escusa, por outro lado, a hipótese de emissão da CRA com base em vegetação nativa localizada em área de RPPN que foi instituída em sobreposição à Reserva Legal do imóvel. Se emitida pela Cota de Reserva Florestal - CRF é considerada por efeito de Lei, como Cota de Reserva Ambiental.

É possível a instituição do CRA da vegetação nativa que integra a Reserva Legal dos imóveis caracterizados como pequena propriedade ou posse rural familiar, sendo que cada CRA corresponderá a 1 (um) hectare: de área com vegetação nativa primária ou com vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração ou recomposição; e de áreas de recomposição mediante reflorestamento com espécies nativas (DICIONÁRIO AMBIENTAL, 2015).

O tempo de recomposição ou regeneração da vegetação nativa deve ser avaliado pelo órgão competente estadual baseado na declaração do proprietário e na vistoria de campo.

Na hipótese da regeneração ou recomposição for em áreas improváveis ou inviáveis o CRA não poderá ser emitido pelo órgão ambiental competente.

No prazo de trinta dias de sua emissão, o registro da CRA pelo órgão emitente é obrigatório, em bolsas de mercadorias de âmbito nacional ou em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Sua transferência pode ser onerosa ou gratuitamente, por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, por intermédio de termo assinado por seu titular e seu adquirente.

A produção de efeitos da transferência da CRA depende do registro do termo previsto no caput no sistema único de controle.

O CRA tem previsão para compensação da Reserva Legal de imóvel rural situado no mesmo bioma da área à qual o título estiver vinculado, podendo ser

utilizado para fins de compensação de Reserva Legal atender aos requisitos: de ser equivalentes em extensão à área da Reserva Legal a ser compensada; de estar localizadas no mesmo bioma da área de Reserva Legal a ser compensada; e de se fora do Estado, estar localizadas em áreas identificadas como prioritárias pela União ou pelos Estados.

Para utilizar o CRA na compensação da Reserva Legal deve ser averbada na matrícula do imóvel a área vinculada ao título e na do imóvel beneficiário da compensação.

Ao proprietário do imóvel rural que situa a área vinculada à CRA cabe a responsabilidade plena pela manutenção das condições de conservação da vegetação nativa da área que deu origem ao título.

A forma de transmissão do imóvel não elimina, muito menos altera o vínculo de área contida no imóvel à CRA.

6.13 A Servidão Florestal e a Servidão ambiental.

A Medida Provisória n. 2.166-67/2001, que proporcionou a última alteração da Lei n. 4.771/1965, instituiu a servidão “florestal”. Esta medida provisória permitiu que o proprietário rural dispusesse de parte da terra para destinação de criação de área de preservação ambiental e reserva legal, até da possibilidade de reserva legal em imóvel rural de terceiro. Esse instrumento somente poderia ser utilizado em imóveis que pertencessem ao mesmo ecossistema, sendo que o proprietário deveria ainda renunciar ao direito de supressão ou exploração.

O instrumento trazido na Lei n. 11.284/06, por seu turno, possuía as mesmas características da servidão florestal, embora previsse a renúncia de caráter permanente ou temporário, total ou parcial, ao uso, exploração ou supressão dos recursos naturais ali existentes. Para efeitos legais, de qualquer forma, as servidões deveriam ser averbadas no registro do imóvel com a respectiva destinação. (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2008).

Ambas as modalidades de servidão (florestal ou ambiental) tratam-se de mecanismos legais de autolimitação de uso de terras por parte dos proprietários no intuito de proteção ambiental, sendo que a adesão aos instrumentos beneficia os aderentes, que serão recompensados por benefícios, incentivos ou recursos de investimentos.

Estes benefícios estão condicionados obrigatoriamente ao dever do proprietário em elaborar o relatório anual, bem como a sua apresentação junto ao órgão público ambiental pertinente, bem como à permissão da inspeção anual da área pela autoridade competente.

De qualquer forma, no sentido de considerar que a criação da servidão ambiental revogou a servidão florestal (CARDOSO, 2010, p.128).

6.14 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Servidão Ambiental.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) refere-se ao registro público eletrônico dos imóveis rurais no território nacional com o objetivo de integrar as informações ambientais, georreferenciada, das propriedades rurais, para a finalidade de controle, monitoramento e planejamento ambiental.

Na Lei n. 12.651/2012 está prevista a obrigatoriedade da inscrição de todos os imóveis rurais no CAR, sendo eles públicos ou privados.

A inscrição do imóvel rural deve ser feita por pessoa física ou jurídica ou seu representante em que seja proprietária ou possuidora.

As pequenas propriedades ou a posse rural familiar também devem ser inscritas no Cadastro Ambiental Rural.

O Cadastro Ambiental Rural foi introduzido na Lei n. 12.651/2012 e tem por finalidade além da regularização das propriedades rurais, o monitoramento ambiental das propriedades.

Este instituto proporcionará o monitoramento das propriedades, atrelado à proteção ambiental, pois nele constará as áreas destinadas à preservação.

Dessa forma, é nítido que com base na nova Lei Florestal o CAR será um instrumento que antecede a servidão, sendo que a todos os imóveis rurais será necessária a imposição de regularização do imóvel pelo CAR e conseqüentemente será possível utilizar do instrumento da servidão ambiental.

A este propósito, verifique-se a Lei n. 12.651/12 por diversas oportunidades relaciona, de maneira integrada, ambos os instrumentos, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Servidão Ambiental e Cota de Reserva Ambiental - CRA, a exemplo do disposto no parágrafo 1º do art. 13, no parágrafo 2º, do art. 15, e nos artigos 44 a 50 (com ênfase especial ao disposto no parágrafo 1º, do art. 44).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos regulatórios são extremamente importantes para que seja alcançado o objetivo da preservação ambiental, afinal todas essas normas foram incorporadas na nossa legislação para a finalidade única da proteção ambiental.

A lei sistematiza as normas sobre a matéria, porém não aprofundam o objetivo e o direito alcançado, sendo assim, destacamos que a finalidade é a proteção das áreas rurais, portanto, preservar o meio ambiente.

Destarte, em termos de legislação constitucional e infraconstitucional, bem como instrumentos regulatórios, é possível afirmar que a evolução da preservação ambiental foi marcada pelo advento da Carta Magna, onde o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações tornou-se um direito fundamental.

Durante os anos que antecederam a promulgação da Constituição brasileira, a proteção ambiental estava relacionada ao direito da propriedade, e com o passar dos anos a matéria foi inovada e introduzida, justamente pela Carta Magna, como um direito coletivo, sendo direito e dever de todos.

O uso da propriedade rural deve estar relacionado com a função social da propriedade, prevista no inciso XXIII do art. 5º da Constituição Federal, bem como atender garantia do direito fundamental prevista no *caput* artigo 225 da Constituição Federal, e respeitar o previsto nos §§ 1º, incisos III e VII e § 4º.

A partir da consideração do meio ambiente e do direito da propriedade dentro de um contexto de direito fundamental, de interesse coletivo, de função social, dentre outros aspectos, surgiu, então, uma primeira ênfase para a temática da servidão ambiental (momento 01).

Contudo, isto, por si só, não é o bastante em termos da proteção ambiental que se pretende almejar de uma forma mais ampla, sistêmica e, principalmente coletiva. É necessário recorrer-se a outros dispositivos infraconstitucionais.

A Lei nº 6938/1981, neste sentido, instaurou e regulamentou a Política Nacional do Meio Ambiente. Nesta lei foram implementados importantes instrumentos de regulamentação, entres eles: o estabelecimento de padrões de

qualidade ambiental; o zoneamento ambiental; a avaliação de impactos ambientais; o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental; a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas; o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente; o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental; as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental; a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes; o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais, e, de maneira especial; os instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.

Muitos dos instrumentos elencados na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, não foram inseridos na edição da lei, mas foram inseridos posteriormente, por intermédio de outras leis que alteraram o dispositivo legal.

É nítido que os instrumentos elencados no próprio texto da edição da referida Lei, hoje já possuem uma vasta doutrina e instrumentos técnicos aprimorados, sendo que alguns instrumentos inseridos posteriormente, ainda necessitam de aplicação técnica, ou edição e regulamentação normativa.

Assim o tema abordado, ou seja, a servidão ambiental foi inserido pela Lei 11.284/2006, porém toda regulamentação sobre o tema tratava-se apenas do art.9º- A inserido na Lei nº 6938/1981.

Recentemente, com o advento da Lei n 12.651 de 25 de maio de 2012 (também denominada “nova Lei Florestal”), dispondo sobre a proteção da vegetação nativa (e alterando as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; ao mesmo tempo que revogando as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de

1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dando, por fim, outras providências), incorporou novos instrumentos para a preservação e proteção do meio ambiente, além de regulamentar e inovar os instrumentos já existentes relacionados à matéria florestal.

Destaca-se, dentro deste escopo, a inovação trazida na nova Lei Florestal, o Cadastro Rural Ambiental (CAR), que permite a regulamentação do imóvel rural e facilita a fiscalização da função social da propriedade rural.

É justamente dentro do contexto da introdução do CAR que o instrumento econômico da Servidão Ambiental, tal como até aqui desenhado (escopo constitucional e infraconstitucional) adquire uma nova relevância. Isto porque, o artigo 9º- A, da Lei 6938/1981 foi alterado pela nova Lei Florestal, introduzindo inovações, proporcionando uma melhor sistematização de normas que regulamentam a servidão ambiental.

O CAR, portanto, foi uma inovação que facilitou a regulamentação da servidão ambiental (artigos 44 a 50 da Lei n. 12.651/12), sendo que com a situação regular do imóvel rural é possível utilizar-se do instrumento aqui estudado (momento 02).

Desta feita, a nova Lei Florestal estabeleceu o uso da propriedade, respeitando a função social da propriedade rural. Nesta lei está previsto que parte da propriedade não deve ser explorada, pois deve ser destinada à proteção ambiental.

A lei florestal de 2012 também permitiu ao proprietário rural a destinação de maior área da propriedade para a finalidade de proteção ambiental, a qual seja destinada ao instrumento da servidão ambiental.

Dessa forma, o importante instrumento da servidão ambiental passou a estimular, por intermédio da conjugação dos momentos 01 e 02, que o proprietário rural preserve o meio ambiente, pelo não uso integral de sua propriedade para atividades exclusivamente que degradem ou explorem o meio ambiente, além de impor a proibição de uso integral da propriedade rural.

Conclui-se que o instrumento servidão ambiental foi inserido dentre o rol dos mecanismos de proteção ao meio ambiente, para incentivar, dentro de um viés

econômico, a proteção de áreas ainda não exploradas, tendo por finalidade preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. Servidão Ambiental e Servidão Florestal. 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/125144.html>>. Acessado em: 28.07.2015.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 6 ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, p. 131. 2002.

CARDOSO, Sônia Letícia de Mélo. MELO, Marcelo. Registro de Imóveis e Meio Ambiente. 1. ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2010.

CARDOSO, Sônia Letícia de Mélo. Servidão Ambiental no Brasil - Aspectos Jurídicos e Socioambientais. 1 ed.. Editora Juruá, 2010.

CAMILO, A. V. Da Servidão Ambiental como Mecanismos de Efetivação na Defesa do Meio Ambiente. Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI. São Paulo – SP. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/sao_paulo/2246.pdf>. Acessado em: 14.07.2015

CIELO. Patrícia Fortes Lopes Donzele. Princípio da Função Social do Imóvel Rural. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25824/o-principio-da-funcao-social-do-imovel-rural#ixzz3kLo4ZYtf>>. Acessado em: 29.08.2015.

CLUBE DO MEIO AMBIENTE. Cota de Reserva Ambiental - CRA. Disponível em: <http://www.clubedomeioambiente.com/site/index.php?option=com_content&task=view&id=66&Itemid=106>. Acessado em: 14.07.2015.

Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> . Acessado em: 17/07/2015.

CRETELLA JÚNIOR, José. Comentários à Constituição Brasileira de 1998. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1998. Vol. 1. p.129.

DICIONÁRIO AMBIENTAL. O que são Cotas de Reserva Ambiental (CRAs). 2015. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28921-o-que-sao-cotas-de-reserva-ambiental-cras>>. Acessado em: 28.07.2015.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. São Paulo: Atlas S.A, p. 9. 2009.

Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>>. Acessado em: 14.07.2015.

Lei n. 11.284 de 2 de março de 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm>. Acessado em: 14.07.2015.

Lei n. 12.651 de 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acessado em: 14.07.2015.

Lei n. 12.651 de 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acessado em: 14.07.2015.

Lei n. 15.684, de janeiro de 2015. São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15684-14.01.2015.html>>. Acessado em: 29.08.2015.

Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acessado em: 14.07.2015.

Lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acessado em: 14.07.2015.

Lei n. 9.393 de 19 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9393.htm>. Acessado em: 14.07.2015.

Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013. Minas Gerais. 2013. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30375>> Acessado em: 29.08.2015.

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MORAES, Luís Carlos Silva de. Código Florestal Comentado. 3 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

MORAES, Luís Carlos Silva de. Curso de Direito Ambiental. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A, p.13. 2004.

MOTTA, Ronaldo Serôa da. Instrumentos econômicos e política ambiental. Revista de Direito Ambiental, n.20, out/dez. 2000.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves. Direito Ambiental. 2 ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional; 5 ed. São Paulo. Editora Malheiros, 2004, p.89)

YOSHIDA, Consuelo Y. M. A efetividade da proteção do meio ambiente e a participação do Judiciário. In: KISHI, Sandra; SILVA, Solange T.; SOARES, Inês (Org.). Desafios do direito ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Afonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 426-453.